



A diversidade cultural é fator de enriquecimento da nossa sociedades, afirmou Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural pág.7



Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP-IN, salienta a importância dos imigrantes para o desenvolvimento do país

pág.8



Editorial

A CGTP-IN meteu “mãos à obra” e concretizou o Projecto Informar e Formar para melhor Integrar. Uma acção que se desenvolveu mês após mês, iniciativa após iniciativa e que está a chegar ao seu termo.

Se no primeiro número deste boletim demos uma visão global do projecto a realizar, nesta edição os leitores, entre outras notícias, vão encontrar registos das várias actividades realizadas, das quais, destacamos a Conferência Sindical Internacional de Migrações, realizada a 16 de Dezembro.

A sua realização foi um marco que fica registado nas inúmeras actividades que a CGTP-IN tem realizado no âmbito do trabalho com as migrações ao longo dos anos. A dimensão das participações, a relevância dos oradores e as respectivas comunicações, o número e a qualidade dos convidados estrangeiros, as linhas de trabalho e de alianças sociais que se reforçaram e aquelas que se abriram para o futuro, no seu conjunto, tudo contribuiu para fazer desta iniciativa uma importante realização da nossa Confederação. O Projecto, com esta Conferência, “encerrou” as suas actividades com “chave de ouro”

Neste quadro, chamamos a atenção para o balanço de todo o trabalho realizado (ver página 14) e destacamos também nesta edição as entrevistas de Arménio Carlos, novo secretário-geral da CGTP-IN, acerca dos movimentos migratórios e do trabalho sindical realizado pela nossa Confederação nesta área, e de Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração, na qual nos transmite a sua perspectiva sobre a temática e comenta a nossa actividade sindical. Finalmente, com este número duplo (necessário devido ao excesso de trabalho, devido quer à realização da Greve Geral em 24 de Novembro, quer do XII Congresso confederal, em finais de Janeiro) o Departamento

continua na pág. 2

Integração para um Portugal mais justo



continua da pág. 1

de Migrações continua a editar o que tem a ambição de ser o “porta-voz” da CGTP-IN para as migrações.

Se sempre as migrações foram uma realidade social no nosso País, seja na sua vertente emigratória ao longo de muitas dezenas de anos, seja na vertente imigratória nos últimos cerca de quinze anos, nos tempos que correm, este importante fenómeno social assume cada vez uma maior importância.

Efectivamente, as “migrações” voltaram a ter um papel político incontornável entre nós. Referimo-nos quer às recentes declarações do primeiro-ministro (ao dizer que a emigração era a solução para os jovens desempregados, demonstrando que a quer utilizar, impulsionando-a, como “válvula de escape social” para a incapacidade do seu governo em realizar uma política de crescimento que crie emprego), quer ao aumento da crise social em Portugal, com particular relevância para o desemprego que aumenta exponencialmente e para o empobrecimento generalizado da maior parte nosso Povo.

Ora, sabemos que são estas as causas objectivas e profundas que impulsionam a necessidade de emigrar. Isto significa que, nos próximos anos, a tendência para o agravamento da nossa emigração, que já se vinha identificando nos últimos anos, vai certamente aumentar. E todas as notícias oriundas dos outros países, especialmente os europeus, reflectem não só este facto como dão nota que as condições laborais e sociais de muitos destes novos emigrantes são de tal forma degradadas que os nossos compatriotas vivem situações desumanas dramáticas.

E é neste plano concreto que a CGTP-IN se coloca. Crítica frontal e dinamizadora activa do protesto e da luta social e sindical contra a política do governo da Direita, a nossa confederação tem todo o espaço e a experiência acumulada de, no campo específico das migrações, exercer essa intervenção politico-sindical. Esta é a forma de, não só, apoiar solidariamente os nossos compatriotas que estão nessas condições, como de colocar bem alto as causas dos movimentos migratórios e fazer reivindicações, seja para a solução de problemas concretos seja para políticas estruturais que eliminem as causas profundas para a emigração.

E é neste quadro que este boletim tem toda a razão de ser, e é este que terá que ser o seu futuro!

Carlos Trindade

Responsável do Departamento
de Migrações da CGTP-IN

STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços da Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas

Precariedade dificulta sindicalização

B.I. — Qual é a importância qualitativa e quantitativa dos trabalhadores imigrantes actualmente no sector da Portaria, Vigilância, Limpeza Domésticas e Act. Diversas, em Portugal, ou seja, em termos de números e de ocupação laboral?

STAD — Os trabalhadores imigrantes em Portugal e que actualmente trabalham nos sectores representados pelo STAD (vigilância privada, limpezas industriais e domésticas) são trabalhadores que, para a Direcção do STAD, têm uma grande importância, não só pelo seu número, que é bastante significativo, especialmente nas limpezas industriais e domésticas, mas também porque, na generalidade, estão bem integrados nos locais de trabalho. Em muitos casos, e quando vamos aos locais de trabalho, encontramos pessoas que nos Países de origem eram trabalhadores com profissões bastante qualificadas. Em termos do número de trabalhadores imigrantes, em muitos locais de trabalho, chegam a ser de 95%. Quanto ao número de sócios não temos essa contabilização, porque nos ficheiros do Sindicato constam todos como trabalhadores e sócios, independentemente de etnia ou nacionalidade, mas a taxa de sindicalização nos imigrantes é bastante elevada. Na organização sindical, temos muitos Delegados e alguns Dirigentes Sindicais, cujo trabalho sindical é da maior importância para a or-

ganização e acção reivindicativa de todos os trabalhadores e, em particular, dos próprios imigrantes nos locais de trabalho.

B.I. — Que acções e iniciativas o STAD - Sindicato da Portaria, Vigilância, Limpeza Domésticas e Act. Diversas realiza sobre os problemas dos trabalhadores imigrantes? O que pode ser melhorado na acção sindical específica face a esta problemática?

STAD — A nível do sindicato, e sempre que temos conhecimento ou que os trabalhadores se dirigem ao sindicato ou aos dirigentes ou delegados sindicais, a requerer ajuda, acompanhamos, orientamos e defendemos esses trabalhadores. Em questões laborais, esclarecemos e informamos como devem agir perante determinada situação, damos apoio jurídico,

“
Quando vamos aos locais de trabalho, encontramos pessoas que nos Países de origem eram trabalhadores com profissões bastante qualificadas
”



ou outro, como é o caso da sua legalização, e acompanhamos sempre os trabalhadores aos organismos competentes, como o Tribunal de Trabalho ou ao CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Para melhorar a acção sindical, não só em relação aos imigrantes mas em relação a todos os trabalhadores, é cada vez mais importante o esclarecimento e a informação dos direitos existentes do imigrante enquanto trabalhador e cidadão.

B.I. — Quais as principais dificuldades do Sindicato para conseguir a adesão e mobilização dos trabalhadores imigrantes na luta sindical em geral e sobre a sua própria situação laboral em particular?

STAD — Ao longo dos anos, mobilizamos os trabalhadores imigrantes do sector das limpezas Industriais e domésticas na luta sindical, como mobilizamos os outros trabalhadores nacionais. Nos locais de trabalho com maior concentração de trabalhadores é mais fácil porque conseguimos criar o conceito de unidade entre todos os trabalhadores, imigrantes ou não. Nos locais aonde estão um ou dois trabalhadores é mais difícil. Este é o motivo porque no sector da vigilância privada foi e é mais difícil organizar os trabalhadores. No caso do serviço doméstico, que é um sector aonde existe uma grande percentagem de imigrantes, nós só temos conhecimento do que se passa quando as trabalhadoras se dirigem aos nossos serviços a pedir ajuda. A relação laboral, nestes casos, é muito directa e “fechada” na casa particular da entidade patronal e nós não podemos ir lá falar com essas trabalhadoras. Quando são despedidas ou simplesmente lhes dizem que já não precisam delas e não querem pagar aqui-

||
Os trabalhadores imigrantes representados pelo STAD têm uma grande importância, não só pelo seu número, que é bastante significativo, mas também porque, na generalidade, estão bem integrados nos locais de trabalho
||

lo a que essas trabalhadoras têm direito, as trabalhadoras imigrantes lutam até ao fim, nem que seja em Tribunal por aquilo a que têm direito.

B.I. — O actual panorama de crise económica poderá vir a fragilizar mais os trabalhadores imigrantes. Como é que STAD - Sindicato da Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Act. Diversa poderá apoiar tais cidadãos, que se vêm a braços com injustiças laborais e sociais praticadas pelos patrões e pela Sociedade?

STAD — Nos sectores que nós representamos, em que os salários são muito baixos, e como já referimos, em muitos casos há uma relação muito directa ou com a chefia ou com os próprios patrões, os trabalhadores imigrantes (e não só) têm tanto medo de ficar sem o pouco que ganham que as empresas e os patrões aproveitam-se dessa fragilidade para intimidar os trabalhadores e obterem o que pretendem: pagar menos, ou seja, enriquecer cada vez mais. Quer dizer, que os trabalhadores imigrantes não lutem por ter os mesmos direitos e salários que outros trabalhadores e por uma vida melhor.

B.I. — Em algumas palavras, quais são os principais factores positivos que devem ser reivindicados e que podem permitir uma melhor integração dos trabalhadores imigrantes no mundo laboral e na sociedade em geral (nos campos legislativo, social, cultural e político).

STAD — A principal é a legalização. Sem documentos, sem estarem regularizados, o/a imigrante fica ainda dependente da empresa ou do patrão sem escrúpulos e acessível às intimidações que lhe são feitas.

B.I. — Como comenta a acção da CGTP-IN face às políticas de imigração em Portugal?

STAD — A acção da CGTP têm sido bastante positiva, quer na informação dada a todos os trabalhadores quer na informação aos trabalhadores imigrantes. Face às políticas da imigração, tem havido da parte da CGTP uma intervenção activa junto aos governos e uma exigência para que os trabalhadores imigrantes que trabalham e que se encontram em situação irregular sejam todos regularizados, ou seja, tenham documentos.

||
Para melhorar a acção sindical, não só em relação aos imigrantes mas em relação a todos os trabalhadores, é cada vez mais importante o esclarecimento e a informação dos direitos existentes do imigrante enquanto trabalhador e cidadão
||



Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

Damos apoios especiais aos imigrantes

B.I. — Qual é a importância qualitativa e quantitativa dos trabalhadores imigrantes actualmente no sector da Hotelaria, Turismo e Restaurantes em Portugal, ou seja, em termos de números e de ocupação laboral?

O sector tem vindo a dar emprego a muitos milhares de imigrantes de várias nacionalidades sendo que a comunidade brasileira está em maior número na área da restauração.

B.I. — Que acções e iniciativas os Sindicatos da Hotelaria, Turismo, Restaurantes realiza sobre os problemas dos trabalhadores imigrantes? O que pode ser melhorado na acção sindical específica face esta problemática?

Os nossos sindicatos da área da hotelaria têm vindo a dar apoio especial a estes trabalhadores, devido á fragilidade da sua situação laboral, tendo adoptado medidas especiais na área de apoio informativo e jurídico. Têm sido criadas Comissões de Imigrantes e realizados encontros onde se debatem os seus problemas específicos. A nível da contratação colectiva garantimos alguns direitos especiais, como a acumulação de férias referentes a dois anos e direito ao alojamento. Também têm vindo a assumir cada vez mais cargos de direcção no sindicato e de delegados sindicais. Têm sido assinados protocolos com associações de imigrantes.

B.I. — Quais as principais dificuldades dos sindicatos para conseguir a adesão e mobilização dos trabalhadores imigrantes na luta sindical em geral e sobre a sua própria situação laboral em particular?

Os imigrantes manifestam muito receio em sindicalizar-se. Muitos deles são clandestinos. O patronato aproveita-se dessa situação e ameaça denunciar os mesmos junto do SEF, quando são os primeiros a aproveitar-se da situação irregular, obrigando-os a trabalhar 10 ou 11 horas diárias sem pagamento de trabalho suplementar. Além disso, ameaça-os de lhes

retirar o direito ao alojamento e alimentação contratados

B.I. — O actual panorama de crise económica poderá vir a fragilizar mais os trabalhadores imigrantes. Como é que os Sindicatos de Hotelaria, Turismo, Restaurantes poderão apoiar tais cidadãos, que se vêm a braços com injustiças laborais e sociais praticadas pelos patrões e pela Sociedade?

Claro que numa situação como a que vivemos a situação agrava-se para esta camada de população. Os sindicatos deviam ter ainda mais poderes no que toca à regularização dos imigrantes. Cada imigrante é um trabalhador com direitos iguais aos demais e por isso, se trabalha, tem de ser legalizado.

B.I. — Em algumas palavras, quais são os principais factores positivos que devem ser reivindicados e que podem permitir uma melhor integração dos trabalhadores imigrantes no mundo laboral e na sociedade em geral (nos campos legislativo, social, cultural e político).

A cada imigrante com trabalho tem de



corresponder um contrato de trabalho legal. O Estado tem de assegurar direito a formação em língua portuguesa, ao ensino para os filhos, ao direito à saúde, e não pode haver quaisquer entraves aos apoios sociais.

B.I. — Como comenta a acção da CGTP-IN face às políticas de imigração em Portugal?

A CGTP tem vindo a desenvolver um papel de apoio, mas não é muito visível a sua reivindicação junto do Estado. É preciso criar uma carta reivindicativa para os trabalhadores imigrantes, com propostas específicas que correspondam às suas necessidade e anseios.



||
Os nossos sindicatos têm vindo a dar apoio especial a estes trabalhadores, devido á fragilidade da sua situação laboral, tendo adoptado medidas especiais na área do apoio informativo e jurídico
||

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

Consolidar Políticas de Integração em tempo de Crise

O Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), é o instituto público que, em Portugal, tem a missão, entre outros, de colaborar na definição, execução e avaliação nas políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes.

Importa assinalar previamente um facto: Portugal tem cerca de 5 milhões de emigrantes a residir e a trabalhar no estrangeiro, para 443.055 imigrantes a residir e a trabalhar em Portugal, ou seja, por cada imigrante que recebemos em Portugal há cerca de 10 portugueses espalhados pelo mundo.

Em Portugal, os números da imigração têm estado genericamente estabilizados face aos números do início da anterior década. Com efeito, de acordo com as últimas estatísticas oficiais, de 2009 para 2010, a imigração desceu 1,9%, o que não deixa de ser expectável atendendo a grave conjuntura económica e social que o país atravessa. Em qualquer caso, devemos desejar aos imigrantes em Portugal o mesmo tratamento que desejamos para os nossos compatriotas no estrangeiro, daí ser fundamental continuar a investir em políticas de integração e medidas que assegurem a coesão social em contexto de consenso político.

Para sinalizar as razões estratégicas da imigração como oportunidade para o desenvolvimento do nosso país, teremos que analisar os guiões das políticas públicas portuguesas nesta área: os Planos para a Integração dos Imigrantes, cuja execução foi recentemente confirmada pelo XIX Governo, por força da recente aprovação das Grandes Opções do Plano para o período 2012-2015 (Lei 64ª/2011 de 30 de Dezembro), que confirmam não apenas o consenso político em torno do reconhecimento dos contributos da imigração para Portugal e da importância de continuar a investir na sua plena integração no país, mas asseguram uma visão holística e transversal do processo de integração. Efetivamente, conforme o Observatório

da Imigração tem vindo factualmente a demonstrar e é expressamente reconhecido nas referidas Grandes Opções do Plano, a imigração em Portugal contribui para o crescimento económico do país, o rejuvenescimento da pirâmide etária, o reforço fundamental da população em idade ativa, a sustentabilidade demográfica e o relativo alívio financeiro do sistema de segurança social atendendo ao substancial saldo positivo para as contas do estado. Acresce a diversidade cultural como fator de enriquecimento da nossa sociedade, sendo esta, incontornavelmente, multicultural mais de 800 anos de história e presença de inúmeros povos neste território que é hoje Portugal.

Mas voltemos ao presente e aos desafios que os imigrantes enfrentam.

A importância da consolidação de políticas públicas neste difícil ciclo que o país enfrenta decorre das especificidades dos seus problemas. Como é sabido, muitos imigrantes trabalham em sectores precários e arriscados do mercado de trabalho, são vítimas, em muitos casos, de discriminação salarial e têm taxas de desemprego e sinistralidade laboral mais elevadas que a dos portugueses.

Aqui, o movimento sindical também tem um papel crucial de que são exemplos o seu contributo histórico nos trabalhos do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Salarial (CICDR). Em conformidade, o I Plano para a Integração dos Imigrantes de 2007 contemplou uma medida específica para o incentivo à participação sindical dos imigrantes de que resultou uma bem-sucedida parceria deste Alto-Comissariado com a CGTP.

Na verdade, urge esclarecer os imigrantes sobre os seus direitos e deveres enquanto trabalhadores e esta missão tem vindo a ser prestada pelas redes de apoio do ACIDI, nomeadamente, os seus três Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante onde se integram os Gabinetes de Apoio ao Emprego, e os 86 Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigran-

tes espalhados pelo país, em parceria com autarquias e sociedade civil mas, também, no quadro da atividade sindical, o que é um louvável sinal de vitalidade da sociedade civil e das estruturas representativas dos trabalhadores.

Por outro lado, ao nível das políticas públicas, que deverão potenciar a força da imigração para o desenvolvimento, importa procurar corrigir estes problemas, nomeadamente, ao nível do aproveitamento do seu potencial de empreendedorismo ,através do Programa Empreendedorismo Imigrante (PEI), da consolidação do Programa de Intervenção para Trabalhadores Desempregados Imigrantes e do Programa Português para Todos (PPT), ao nível da aprendizagem do português técnico e da necessidade de promover mais e melhor formação profissional, conforme se encontra previsto no atual II Plano para a Integração dos Imigrantes.

É comum dizer-se que os países precisam de trabalhadores para o seu desenvolvimento mas, na verdade, recebem pessoas e a dimensão da dignidade da pessoa humana está acima dos ciclos económicos. Julgo ser este o diapasão sobre o qual as políticas públicas de integração deverão ser pautadas.

Rosário Farmhouse,

Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

|| *Muitos imigrantes (...) são vítimas, em muitos casos, de discriminação salarial e têm taxas de desemprego e sinistralidade laboral mais elevadas que a dos portugueses* ||

intervenção social, é em si mesmo indisociável dum processo de construção de comunidades, independentemente da sua amplitude, da sua natureza ou dos interesses que tutela, em nada nos obriga a pensar que a sua concretização tenha de privilegiar, necessariamente, a articulação com o desenvolvimento das comunidades locais. Daí que esta articulação, ao insinuar-se nas práticas discursivas que tutelam o campo comunitário, e ao imiscuir-se em programas de acção social como a expressão, quase naturalizada, duma tendência de regulação socio-política, suscite ou até imponha um conjunto de questões a que não se pode ser indiferente, se pretende compreender o que está em jogo.

O Estado, através da adopção de políticas de integração social, que muitas vezes abrangem financiamentos a entidades de carácter social, medidas de apoio em contexto escolar, ou a actuação do próprio descendente de imigrante, que não é um agente passivo na sua integração, surgem igualmente como outras maneiras de combate à exclusão social. As associações de imigrantes têm procurado fomentar a ligação com os países de origem e uma

melhor integração e acolhimento dos imigrantes. Actualmente, também procuram contribuir para a integração dos descendentes imigrantes. É nesta perspectiva que analisaremos o papel das associações de imigrantes enquanto mediadoras institucionais para a integração social dos descendentes de imigrantes.

Torna-se assim fundamental analisar o papel e o impacto que a sociedade civil, através das associações, tem tido para criar dinâmicas que permitem que os descendentes de imigrantes tenham oportunidades que lhes possibilitem ter condições socialmente favoráveis, ou seja, que não fiquem presos nos meandros da exclusão social. Há toda uma aprendizagem que ainda falta fazer relativamente à prática quotidiana da tolerância, da cooperação entre diversas culturas, da valorização dos processos de recomposição cultural e sobre os processos de integração.

O associativismo é tido como uma das melhores possibilidades, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Bento Monteiro

|| *O Estado, através da adopção de políticas de integração social, que muitas vezes abrangem financiamentos a entidades de carácter social, medidas de apoio em contexto escolar, ou a actuação do próprio descendente de imigrante, que não é um agente passivo na sua integração, surgem igualmente como outras maneiras de combate à exclusão social* ||

|| *As associações de imigrantes têm procurado fomentar a ligação com os países de origem e uma melhor integração e acolhimento dos imigrantes. Actualmente, também procuram contribuir para a integração dos descendentes imigrantes* ||





Vivemos num mundo globalizado em que a imigração se tem tornado uma dimensão permanente da nossa sociedade. Independentemente das causas que levam os cidadãos estrangeiros a optar por emigrar para Portugal o que se tem notado é que são cada vez mais aqueles que escolhem o nosso país para recomeçar a sua via.

Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP-IN

Imigrantes têm sido importantes para o desenvolvimento do país

B.I. — Porque razão os imigrantes escolhem o nosso país?

A.C. — A opção pela imigração é indissociável do desejo e necessidade da melhoria das condições de vida dos trabalhadores (as) e das suas famílias. Sendo Portugal, por norma, um país acolhedor com os que decidem viver e trabalhar entre nós, as razões que estão na origem da sua decisão são diferenciadas. Relativamente aos brasileiros e africanos a opção não está desligada da língua que partilhamos e de uma mais fácil integração na sociedade aos mais diversos níveis. Já quanto aos imigrantes de outros países e de outros continentes a escolha tem uma relação directa com a fixação no nosso país

e, em algumas situações, como um ponto de passagem para novas experiências de imigração em outros países europeus.

B.I. — Como explica o facto da comunidade imigrante corresponder a 5% da população activa e 10% dos trabalhadores por conta de outrem?

A.C. — Os imigrantes têm tido uma intervenção muito importante para o desenvolvimento do país. A sua capacidade profissional aliada à forma de estar e interagir têm sido fundamentais para uma sociedade multicultural que se acentua e precisa de ser valorizada e dignificada.

Neste quadro, a integração sócio-laboral e o reagrupamento familiar têm contribuído decisivamente para a manutenção desta comunidade no nosso país, com uma dimensão que muito valorizamos no plano económico, social e cultural.

|| *Para a CGTP-IN, mais do que falar, é preciso efectivar a igualdade e combater todo o tipo de discriminações* **||**

B.I. — Como é que os sindicatos podem apoiar os imigrantes, num quadro de recessão económica?

A.C. — Num contexto político marcado pela recessão económica, a destruição massiva do emprego e a subida preocupante do desemprego, o aumento das desigualdades e da pobreza, os trabalhadores e os imigrantes em particular, são especialmente visados. Esta é uma política que põe em causa não só direitos fundamentais dos trabalhadores, como fragiliza a democracia e questiona seriamente a soberania do país. Trabalhadores portugueses e imigrantes precisam, hoje mais do que nunca, estar unidos nesta luta que é de todos e para todos. Pela defesa de direitos constitucionais, como o direito ao trabalho com direitos, pela defesa e reforço da protecção social, contra o trabalho forçado e gratuito e a desregulamentação das relações laborais que resultam do denominado “Acordo para o crescimento, competitividade e emprego”. Os trabalhadores, nomeadamente os imigrantes, não são uma mercadoria. São homens e mulheres que exigem ser respeitados e valorizados. A CGTP-IN não só não aceita como combaterá todas as medidas que tenham como objectivo o dumping social e o retrocesso civilizacional. Os Sindicatos da CGTP-IN continuarão fortemente empenhados na efectivação dos direitos dos trabalhadores imigrantes nos respectivos locais de trabalho. É também por isso que no dia 22 de Março vamos fazer a Greve Geral contra a exploração e o empobrecimento; por uma mudança de política; pelo emprego, salários, direitos, serviços públicos. Uma luta pela defesa dos nossos direitos, pelos direitos das novas gerações, por um futuro melhor para os nossos filhos.

B.I. — Que fazer para resolver o problema dos indocumentados e o trabalho clandestino?

A.C. — Portugal não pode fazer aos imigrantes aquilo que não aceita que seja feito aos portugueses que emigraram para melhorar as suas condições de vida. Daqui resulta que têm de se fazer alguns ajustes legislativos para legalizar os muitos imigrantes que se encontram no país. Manter os espartilhos que a actual lei consagra é dar cobertura às redes mafiosas

que exploram e escravizam trabalhadores indocumentados, ao mesmo tempo que ampliam a economia paralela. Para a CGTP-IN, mais do que falar, é preciso efectivar a igualdade e combater todo o tipo de discriminações. Porque o cumprimento dos deveres está directamente associado ao respeito pelos direitos de quem trabalha.

||
A capacidade profissional dos imigrantes aliada à forma de estar e interagir têm sido fundamentais para uma sociedade multicultural que se acentua e precisa de ser valorizada e dignificada
||

B.I. — Como se pode melhorar a articulação entre os diferentes actores sociais e institucionais?

A.C. — A coordenação entre os diferentes actores sociais e institucionais é determinante. Contudo, no plano institucional, há muita coisa a fazer. É preciso combater rotinas e burocracias e passar das palavras aos actos. Não basta dizer que os imigrantes têm dado um contributo para a riqueza produzida e o desenvolvimento do país. É preciso agir e responder no imediato aos problemas que os afligem, nomeadamente no plano laboral e na protecção social. Num momento em que aumenta a pobreza é preciso tomar medidas expeditas para combater a exclusão, designadamente de imigrantes. Por outro lado, é necessário que muitas das propostas do Movimento Sindical sejam consideradas e efectivadas. É nos momentos mais difíceis que são necessárias medidas expeditas para responder a problemas sociais graves. Pela nossa parte continuaremos, empenhadamente, a batermo-nos pela resolução destes problemas que são de todos os que lutam por uma sociedade de progresso e justiça social.



A imigração em Portugal

I- O trabalho

Os imigrantes concentram-se sobretudo¹ nas profissões de “não qualificado” (37,3% do total em 2002 e 29,9% em 2008), de “operário, artífice e similar” (25,3% do total em 2002 e 23,0% em 2008) e de “pessoal dos serviços e vendedores” (14,7% em 2002 e 20,8% em 2008). Em conjunto, estas profissões concentravam 78% dos imigrantes em 2002 e cerca de 84% em 2008².

As profissões onde o peso dos imigrantes

é relativamente mais diminuto são as de “Quadros superiores da Administração Pública e da empresa” (2,1% do total na população imigrante e 4% do total para a generalidade dos trabalhadores, em 2008), de “Especialistas, profissões intelectuais e científicas” (2,8% contra 6,5%), de “Técnicos profissionais de nível intermédio” (3,9% contra 10,6%) e de “pessoal administrativo e similar” (7,2% contra 14,6%).

Em conjunto, estas profissões concentravam, em 2008, apenas 16% do total de imigrantes, quando no total dos trabalhadores essa importância era da ordem dos 36%. Ainda assim, entre 2002 e 2008, assiste-se a uma certa aproximação, pois em 2002, o peso destas profissões na população imigrante era apenas da ordem dos 12%.

Distribuição de trabalhadores por profissões (imigrantes e total do país), em 2002 e 2008

	Trabalhadores imigrantes				Total de trabalhadores no país			
	Ano 2002		Ano 2008		Ano 2002		Ano 2008	
	Nº	Em %	Nº	Em %	Nº	Em %	Nº	Em %
Quadros Superiores A.P. e empresa	1 637	1,5	3 512	2,1	65 473	2,8	120 556	4,0
Especial. prof. Intelect. e Científicas	2 677	2,4	4 747	2,8	108 879	4,6	196 603	6,5
Técnicos prof. de nível intermédio	3 738	3,3	6 622	3,9	235 273	9,9	320 519	10,6
Pessoal administrativo e similares	5 837	5,2	12 196	7,2	360 021	15,1	440 776	14,6
Pessoal dos serviços e vendedores	16 388	14,7	35 363	20,8	359 765	15,1	533 013	17,7
Agricult. e trab qualif. agric. e pescas	2 899	2,6	5 051	3,0	39 885	1,7	49 224	1,6
Operários, artífices e similares	28 311	25,3	39 038	23,0	587 052	24,7	632 424	21,0
Operadores Inst. máq. e montagem	8 599	7,7	12 649	7,4	277 291	11,6	296 718	9,8
Trabalhadores não qualificados	41 766	37,3	50 862	29,9	346 807	14,6	427 097	14,2
Total	111 852	100,0	170 040	100,0	2 380 446	100,0	3 016 930	100,0

¹Em termos relativos, refira-se também uma maior concentração nas profissões de “agricultores” e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas (em 2008, esta profissão representava 3% do total nos imigrantes contra 1,6% do total para a generalidade dos trabalhadores).

²Para a generalidade dos trabalhadores, estas profissões concentravam 54% em 2002 e 53% em 2008.

Nível de qualificação

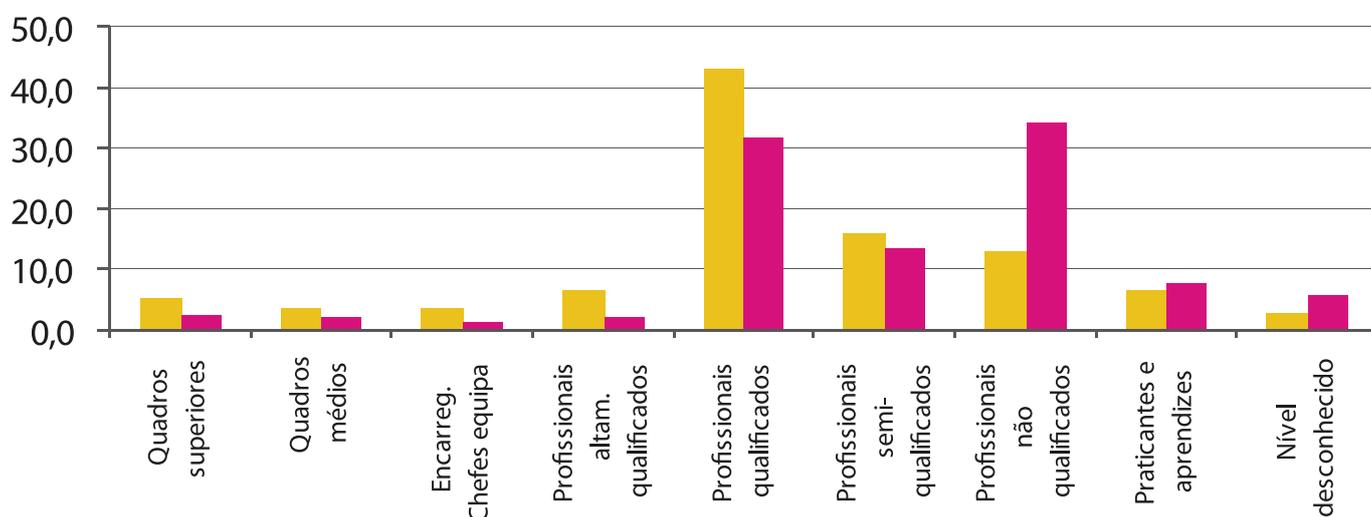
Face ao total dos trabalhadores, os imigrantes concentram-se mais nos níveis de mais baixa qualificação. Com efeito, em 2008, cerca de metade dos imigrantes tinham um nível de qualificação inferior a profissionais qualificados (cerca de 1/3 para o conjunto dos trabalhadores); em contrapartida, apenas

6,5% dos imigrantes eram quadros superiores, quadros médios ou encarregados/chefes de equipa (15,1% para o conjunto dos trabalhadores).

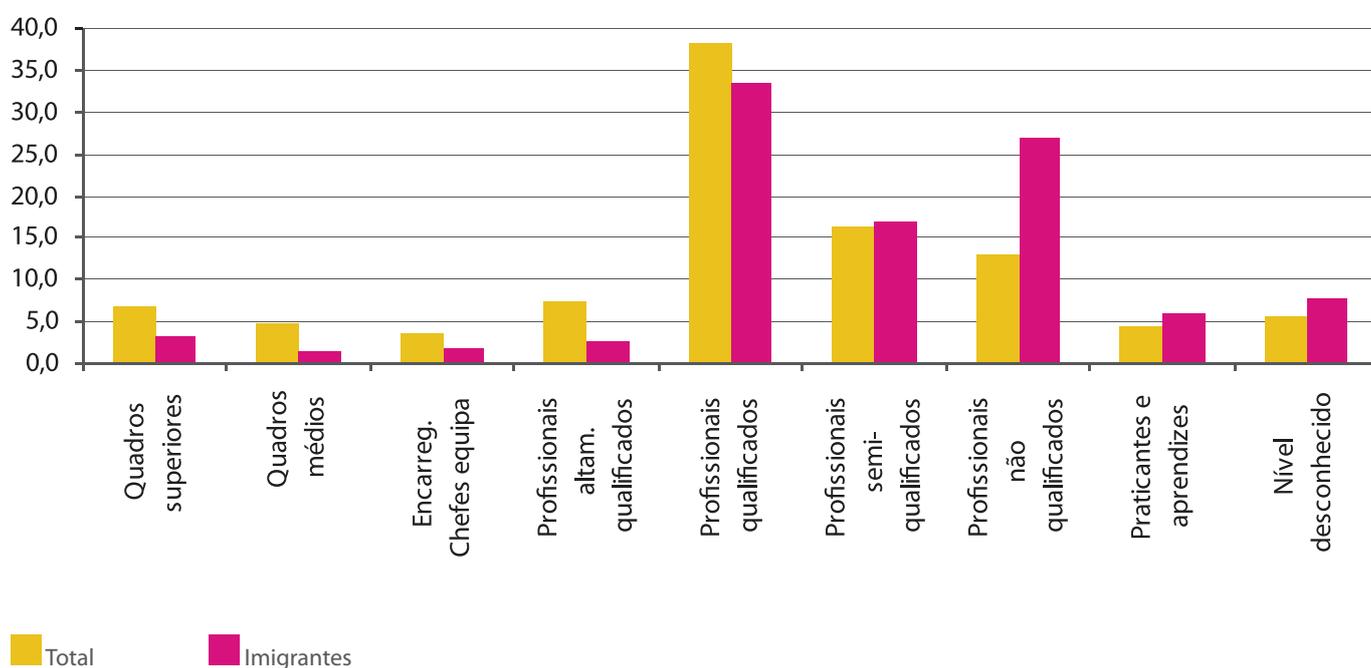
Ainda assim, constata-se uma tendência de ligeira melhoria da qualificação dos imigrantes ao longo dos últimos anos: em 2002, cerca de 42% dos imigrantes eram

não qualificados ou aprendizes e praticantes, mas em 2008, nestes dois grupos de qualificação concentravam-se apenas cerca de 33% dos imigrantes. A esta evolução não será estranha a melhoria havida nos níveis de escolarização dos imigrantes (ver ponto seguinte).

Imigrantes por níveis de qualificação (Comparação com o conjunto do país)



% de TPCO por nível de qualificação, 2008



■ Total ■ Imigrantes

A imigração em Portugal

II- A população estrangeira em Portugal

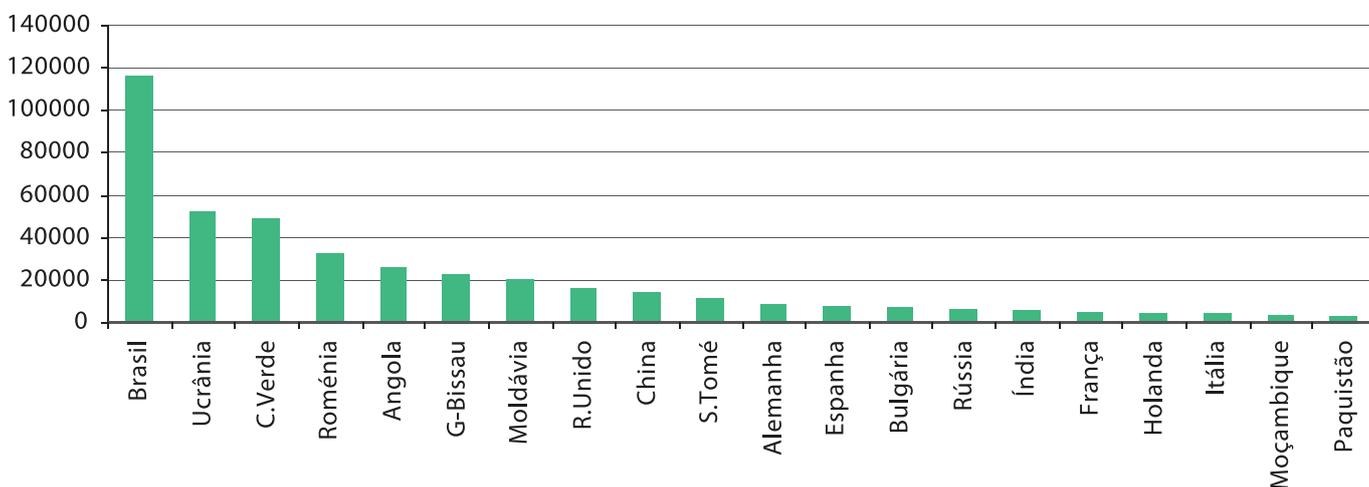
O número de estrangeiros em Portugal manteve-se praticamente inalterado entre 1960 e 1975, rondando as três dezenas de milhar. A partir do início dos anos 80 verificou-se um crescimento ininterrupto dos residentes estrangeiros: em 1980 eram cerca de 50 mil; em 1985 eram cerca de 80 mil; em 1990 eram cerca de 108 mil; em 1995 eram cerca de 168 mil; em 1999 eram cerca de 191 mil; em 2001 eram cerca de 351 mil; em 2009 ultrapassavam os 454 mil¹.

Nos anos mais recentes tem-se assistido a uma mudança na origem da população

estrangeira que solicitou o estatuto legal de residência, ocupando agora o Brasil a posição anteriormente detida pelos países do Leste Europeu². De facto, em 2008, os cidadãos brasileiros representavam 45% do total da população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, quando em 2002 representava apenas cerca de 11%; entre 2002 e 2008 a população total estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, cresceu em média cerca de 26% ao ano, enquanto o crescimento de cidadãos brasileiros foi, nesse período, de 60% ao ano.

A ordenação em termos da importância do peso da população estrangeira³, por principais nacionalidades é a seguinte: Brasil (116 mil pessoas a que corresponde 25,6% do total da população estrangeira em Portugal), Ucrânia (52 mil e 11,5%), Cabo Verde (49 mil e 10,8%), Roménia (32 mil e 7,1%), Angola (27 mil e 5,8%), Guiné-Bissau (23 mil e 5,1%) e Moldávia (21 mil e 4,6%). O conjunto destes 7 países concentra 70,5% da população estrangeira residente em Portugal. No gráfico seguinte constam os 20 países com maior peso na imigração portuguesa⁴.

Imigrantes em Portugal das 20 primeiras nacionalidades



Fonte: SEF, 2009

Uma última nota refere-se à localização distrital dos imigrantes em Portugal. Apesar de se ter verificado um menor índice de concentração dos imigrantes mais re-

centes e uma fixação mais uniforme por todo o território nacional, os distritos de Lisboa (com 43,3% do total de imigrantes), Faro (com 16,1%) e Setúbal (com

10,9%), em conjunto, representam mais de 70% do total dos imigrantes

¹Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009.

²Refira-se que dos 452 milhares de cidadãos estrangeiros com residência legalizada em Portugal, em Junho de 2009, cerca de 25,7% eram de nacionalidade brasileira, ultrapassando já em termos de importância relativa a comunidade imigrante de nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (24,7%).

³Relatório citado do SEF, 2009.

⁴O conjunto destes 15 países concentrava, em 2008, cerca de 92% do total de imigrantes em Portugal.

Total de imigrantes em Portugal, em 2009 - milhares de residentes, por distrito

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Total %
Total Nacional	454 191	234 412	219 779	100,0
Aveiro	14 206	7 385	6 821	3,1
Beja	5 667	3 044	2 623	1,2
Braga	9 769	5 102	4 667	2,2
Bragança	1 811	919	892	0,4
Castelo Branco	3 066	1 592	1 474	0,7
Coimbra	11 604	5 934	5 670	2,6
Évora	3 934	2 081	1 853	0,9
Faro	73 277	38 909	34 368	16,1
Guarda	1 881	1 007	874	0,4
Leiria	16 989	9 013	7 976	3,7
Lisboa	196 798	100 031	96 767	43,3
Portalegre	2 801	1 491	1 310	0,6
Porto	28 107	14 284	13 823	6,2
Santarém	14 416	7 667	6 749	3,2
Setúbal	49 309	24 859	24 450	10,9
Viana do Castelo	3 141	1 731	1 410	0,7
Vila Real	2 098	1 020	1 078	0,5
Viseu	4 678	2 552	2 126	1,0
Açores	3 534	2 022	1 512	0,8
Madeira	7 105	3 769	3 336	1,6

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras





Os resultados alcançados são positivos e projectam-se para o futuro

Podemos dizer que foi realizado um importante trabalho durante os quinze meses de actividades da implementação do Projecto. Este balanço geral confirma, por um lado, a confiança existente na CGTP-IN acerca do seu trabalho nas migrações e que, por outro, projecta positivamente esse mesmo trabalho para o futuro.

O Projecto foi organizado e planificado, deste o início, com a preocupação de ser exequível no quadro das actividades que a CGTP-IN realiza. Assim, o calendário da produção dos instrumentos necessários ao seu desenvolvimento e a realização das actividades programadas foram adequados às disponibilidades dos quadros e dirigentes que deviam, ao mesmo tempo, intervir em várias acções de lutas sindicais e participar no desenrolar do Projecto, mobilizando militantes e trabalhadores para participarem nas várias actividades programadas.

Por isto, os materiais e as várias acções previstas tiveram resultados de alta qualidade e o público-alvo foi atingido. Destacamos, nomeadamente, o facto de se ter editado todos os materiais em quatro idiomas, ou seja, nas línguas das comunidades mais representativas de imigrantes em Portugal (ucraniano, romeno e inglês, bem como, naturalmente, o português), e se terem realizado cinco Seminários re-

gionais (workshops) e uma Conferência Sindical Internacional.

No desenvolvimento do Projecto foram colocados nos locais de trabalho, 2500 **Cartazes** alusivos à integração dos migrantes e foram distribuídos 10 mil **folhetos**. Estes materiais de informação visavam especialmente sensibilizar e informar os trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e o seu espaço de intervenção, incentivando-os, simultaneamente, a contactar os sindicatos e a participar na actividade sindical para resolverem os seus problemas. Este **folheto** serviu (e continua a servir) de ponto de contacto e “quebra-gelo” entre os trabalhadores imigrantes e os sindicalistas.

Nas mesmas línguas, foram elaborados e editados **três importantes instrumentos** que têm um enorme potencial de utilização que não para além da duração desta campanha. Referimo-nos concretamente à edição de:

Um “Estudo sobre a Realidade Económico-social dos trabalhadores imigrantes em Portugal”, com mil exemplares. Neste Estudo é apresentada a problemática das migrações ao nível internacional e o papel de Portugal enquanto “placa giratória” de migrações no quadro europeu. É estudo é abordada igualmente a importância da população estrangeira na União Europeia

e, em particular, da emigração portuguesa para os Estados-membros da UE, bem como se caracteriza a situação da imigração em Portugal, através da apresentação da sua situação laboral, económica, social e os problemas que, em geral, estes trabalhadores possuem. Este instrumento foi muito importante para lançar os debates e reflexões nos diversos Seminários regionais;

Um “Guia Jurídico da imigração em Portugal – Orientações para a acção sindical”, com 2.250 exemplares, e que tem por objectivo informar e ajudar a conhecer, de forma simples, a actual legislação, compreender como se aplicam os direitos existentes e se perceber as suas potencialidades para defender os imigrantes, bem como, as suas limitações e as formas de as contornar. Este é um importante instrumento de informação para os trabalhadores imigrantes e para a acção sindical e social em geral, que perdurará no tempo, enquanto a actual legislação existir;

Um Boletim, o “INTEGRAR”, com a 1ª edição em 2011, com 2250 exemplares, e esta que tem em mãos, uma edição com número duplo (o número dois e três). Este Boletim de informação, privilegiando informações sobre acontecimentos e dados importantes relacionados com os migrantes, no interior e no exterior de Portugal,



||
*Foram colocados,
nos locais de trabalho,
2500 cartazes
alusivos à integração
dos migrantes e
foram distribuídos
10.000 folhetos*
||

é um veículo de comunicação alargado às comunidades, ou seja, extravasa o meio sindical, o que demonstra as potencialidades para a CGTP-IN como instrumento desta natureza. Por isto, após estes consagrados 3 números ao Projecto “**Imigração – Informar e Formar para melhor Integrar**”, o Boletim **INTEGRAR** tem a ambição de ser o órgão de informação do Departamento de Migrações da CGTP-IN. Existe, no site internet da CGTP-IN (www.cgtp.pt) uma página dedicada ao projecto, ao poderão ter acesso clicando no endereço seguinte: http://cgtp.pt/index.php?option=com_content&task=category§ionid=20&id=187&Itemid=317

Dar a voz aos imigrantes

Todos estes instrumentos serviram de base para a reflexão e debates realizados nos 5 **Seminários regionais (workshops)** que foram organizados em parceria com as Uniões Distritais de Sindicatos de Évora (a 5 Julho), Lisboa (a 7 Julho), Porto (a 7 Outubro) e, já em 2012, em Coimbra (a 6 Janeiro) e Faro (a 8 Fevereiro). Estes **Seminários regionais (workshops)**, que contaram com cerca de 30 a 40 participantes, sendo que o de Lisboa teve aproximadamente 50 participantes, permitiram confirmar algumas situações já conhecidas e identificar várias outras.

Ao dar-se a voz aos próprios imigrantes, actores do processo migratório, criou-se a possibilidade de se ouvir os pontos de vista dos imigrantes mas também dos sindicalistas sobre o mesmo problema, numa interacção fundamental.

De todos os testemunhos, destacam-se os que relatam as intimidações dos empresários aos imigrantes e a sua estratégia de “trocar e substituir” a contratação de trabalhadores nacionais por trabalhadores imigrantes, de forma a pagarem salários inferiores e cumprirem menos direitos laborais e sociais; a desigualdade e a discriminação fortemente sentida durante o atendimento em muitos serviços da Segurança Social ou do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; a desconfiança e o medo de muitos imigrantes em se envolverem com os sindicatos.

Por outro lado, defendeu-se a relevância da informação na língua materna dos imigrantes, nomeadamente sobre a legislação da imigração; a importância indispensável do conhecimento mútuo entre imigrantes e portugueses para combater os estereótipos, que é a porta para se criar confiança mútua e convencer os trabalhadores imigrantes que lutar pelos seus direitos laborais é também a chave para

“**Os sindicatos são uma força real ao serviço dos imigrantes, como trabalhadores e como seres humanos**”

uma sua maior e melhor integração. Neste quadro, os sindicatos foram claramente desafiados a dar o primeiro passo para que os trabalhadores imigrantes sintam que os sindicatos são uma força real também ao seu serviço, como trabalhadores e como seres humanos. Por fim, foi defendida a necessidade de uma melhor articulação entre os sindicatos, as associações de imigrantes, os movimentos de solidariedade e outros movimentos sociais, bem como, os organismos públicos e poderes públicos que trabalham com imigrantes (ACT, SEF, Segurança Social, autarquias), com o objectivo de haver maior eficácia na acção realizada. Neste plano, foi unânime a opinião da necessidade da criação de redes ou de uma coordenação mínima entre organizações, personalidades e serviços públicos.



Um projecto virado para o futuro

continua da pág. 15

Conferência internacional debate Imigração

Finalmente, uma grande **Conferência Sindical Internacional sobre a Imigração**, que teve lugar no dia 16 de Dezembro 2011, em Lisboa, foi o ponto alto do Projecto.

Esta **Conferência** reuniu cerca de 200 participantes oriundos de todas as regiões de Portugal, representantes da estrutura sindical, do movimento associativo da imigração, da Igreja Católica, dos movimentos sociais e de solidariedade anti-racistas e entidades públicas nacionais e internacionais directamente envolvidas neste campo de intervenção.

Tem relevo especial a participação na **Conferência Sindical Internacional** de

representantes das confederações sindicais dos países de origem das principais comunidades imigrantes, concretamente, Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé, Guiné-Bissau, Timor Lorosae e, fora do espaço da lusofonia, a Ucrânia.

Esta Conferência, a primeira realizada pela CGTP-IN no quadro do trabalho das migrações, foi uma oportunidade para se desenvolver uma análise do processo migratório com amplitude nacional e internacional sobre a dupla realidade migrante (em Portugal e nos países de origem).

Relevam-se de particular importância as intervenções da **OIM**, *Organização Internacional das Migrações*, do **ACIDI**, *Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural*, da **CARITAS**; da **Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana** e do próprio **Inspector-geral do Trabalho**, pelos contributos que deram aos trabalhos ao terem apresentado as suas visões do fenómeno migratório e as enormes possibilidades existentes de trabalharem "em rede" com a CGTP-IN e os militantes sindicais, em direcção a uma maior eficácia na esfera de acção que, individualmente, cada uma desenvolve.

As *Perspectivas e Práticas Sindicais Internacionais* foram abordadas pelos representantes das organizações sindicais dos vários cantos do mundo: CUT/Brasil - América Latina, UNTC-CS/Cabo Verde - África, KSTL/CSTL/Timor-Leste - Ásia e FPU/Ucrânia - Europa.

Em particular, as perspectivas e os desafios

relativos aos imigrantes e o trabalho foram debatidas pelo presidente da **CARITAS Portuguesa**, Professor Eugénio da Fonseca, representante pessoal da **Alta Comissária para a Imigração**, Dr. Duarte Miranda Mendes e pelo próprio **Inspector-Geral do Trabalho**, Dr. José Luís Forte, da ACT/Autoridade para as Condições de Trabalho. Durante os trabalhos, no espaço dedicado ao debate, intervieram activamente muitos participantes dando as suas contribuições, expondo situações concretas ou, inclusive, interpelando os vários oradores, o que tornou extremamente vivos e enriquecedores os trabalhos.

Em representação da Comissão Executiva da CGTP-IN intervieram o então secretário - geral, Manuel Carvalho da Silva, que abriu os trabalhos, e o responsável do Departamento das Migrações, Carlos Trindade que, para além de ter encerrado a Conferência, interveio também durante os vários painéis.

Giorgio Casula
CGTP-IN

Coordenador Técnico do Projecto

||
Destaca-se a estratégia dos empresários de "trocar e substituir" a contratação de trabalhadores nacionais por trabalhadores imigrantes de forma a pagarem salários inferiores e cumprirem menos direitos laborais e sociais
||

Cópia dos Documentos

Para fazer a cópia ou download de todos os documentos elaborados nesta Campanha em português, inglês, ucraniano, romeno, aceda ao site da CGTP-IN, em:

http://cgtp.pt/index.php?option=com_content&task=category§ionid=20&id=187&Itemid=317

